

SAUDAÇÕES AOS CAROS LEITORES

Walter Marcos Knaesel Birkner¹

Nesta edição, trata-se de um esforço de compreender algumas facetas do mais importante documento de orientação normativa sobre a Educação no Brasil: a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Nessa perspectiva, nosso interesse é contribuir com o esforço nacional de implementação dos seus pressupostos para o Ensino Básico. Do ponto de vista histórico e pelas necessidades educacionais que o século XXI impõe às nações, estamos convictos de que se trata de uma discussão de primeira grandeza. Nessa perspectiva, o primeiro artigo, assinado por Kelvin Custódio Maciel, Jeice Campregher e Jacqueline Leire Roepke, fazem uma apreciação sobre as relações entre inclusão e currículo. A proposição geral dos autores é pelo esforço de construir, pedagogicamente, “diálogos articulados” entre as políticas públicas e a gestão educacional desde as secretarias estaduais de Educação até às unidades escolares. Políticas e Gestão Educacional, com vistas à progressiva implantação dos pressupostos da BNCC. E, para tanto, advertem os autores, a formação docente para isso é estratégia prioritária. A sequência traz uma consideração sobre o ensino de Filosofia no Ensino Médio, integrado à grande área das denominadas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e relacionado aos pressupostos da BNCC. Nessa perspectiva, os autores Sandro Luiz Bazzanella, Jairo Demm Junkes e Sandra Eloisa Pizza Bazzanella fazem lembrar o rigoroso compromisso da Filosofia com o pensamento racional diante dos limites epistemológicos e procedimentais dessa responsabilização. Somada à eterna vigilância a essa hesitação, os autores apresentam uma crítica às dificuldades que a BNCC impõe à Filosofia, quando recomenda a dissipação da Filosofia à grande área mencionada, tornando a condição da educação política aparentemente mais epidérmica do que já é. Depois, trazemos o artigo de Jairo Marchezan e Argos Gumbovski que faz a retrospectiva fulcral sobre a trajetória das reformas educacionais no Brasil desde a chegada da Companhia de Jesus, no século XVI, até a implantação da BNCC. A principal constatação dos pesquisadores é de que a definição dos currículos escolares brasileiros sempre esteve atrelada aos interesses econômicos nacionais e internacionais. Conquanto admitam o caráter democrático da BNCC, os autores sugerem comprometimento do documento com as “forças do mercado, aliadas ao Estado”, denunciando as principais influências na formulação das políticas educacionais. O artigo de Leandro José Rocha, por sua vez, faz observar que a BNCC institui uma nova concepção ao ambiente escolar, efeito das notáveis mudanças no modo de vida social na maior parte do planeta, desde o fim do século XX. A questão, para Rocha, é saber em que sentido, isto é, qual a direção das proposições lançadas pelo documento norteador da Educação nacional no enfrentamento das mudanças sociais. Haveria limitações de ordem social, histórica, econômica e cultural, que o autor leva em consideração ao problematizar as práticas que as proposições da BNCC recomendam. Eis o desafio da Filosofia nessa seara. Em seguida, Ana Clarisse de Alencar Barbosa e Walter Marcos Knaesel Birkner comentam as seis competências específicas que a BNCC estabelece às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A iniciativa tem um caráter ao mesmo tempo analítico e propositivo, já que a análise se soma à defesa da inserção do tema do desenvolvimento, sobretudo local-regional nos conteúdos escolares. Com igual endosso da BNCC, os autores apostam na premência do método interdisciplinar, procurando demonstrar as vantagens cognitivas e os desafios educacionais que o século XXI impõe e que justificam suas proposições. Finalmente, trazemos o artigo de Alessandra Peternella, Luanda Letícia Campina Borges, João Paulino da Silva Neto, sobre as implicações da BNCC para os Ensinos Infantil e Fundamental. Ao contrário dos autores precedentes, sugerem uma crítica às proposições do documento nacional que se justificam justamente nas necessidades do século XXI. Procurando desvelar os significados e consequências da concepção de educação integral defendida pela BNCC, os autores afirmam que a escola precisaria se concentrar “menos nos conteúdos dos componentes curriculares e mais no desenvolvimento de competências gerais e específicas como direitos essenciais”. Acreditamos que o leitor encontrará importantes parâmetros a contribuir com o debate sobre o tema mais importante na Educação brasileira deste século, até aqui. Que todos tenham leituras proveitosas.

¹ Doutor em Ciências Sociais, professor da Uniasselvi. E-mail: walter.birkner@uniasselvi.com.br